



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

ATA SUMÁRIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 003/2017

EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referentes à Atividade de Perfuração Marítima na Área dos Blocos FZA-M-59 Bacia da Foz do Amazonas.

PROCESSO IBAMA Nº: 02022.000336/2014-53

DATA: 13.11.2017

LOCAL: Auditório do SEBRAE. Av. Ernestino Borges, 740, Laguinho - Macapá/AP

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às catorze horas e um minuto, iniciou-se a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área dos Blocos FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987. A Audiência Pública foi presidida pelo Sr. Antônio Celso Borges, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros – CGMAC/DILIC/IBAMA, tendo como secretário executivo o Sr. Alexandre d'Avignon, Coordenador da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás – COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA. A mesa foi composta, além do presidente e do secretário executivo, pelo Dr. Humberto Quintas, Diretor Jurídico da BP; pelo Sr. Décio Maia, Diretor da AECOM; e pelo Rafael Albuquerque, representante da ANP. Após a execução do hino nacional, o presidente da mesa saudou os presentes e as autoridades indicadas em lista anexa, e explicou os pontos principais do regulamento da Audiência. Todos os membros da mesa se apresentaram. O mestre de cerimônia chamou o Sr. Alexandre d'Avignon, que às quatorze horas e quinze minutos fez uma explanação sobre o tipo de atividade que é sujeita ao processo de licenciamento ambiental, os objetivos da Audiência Pública, o estado do processo em questão e sobre as ações do IBAMA decorrentes dos processos de licenciamento de petróleo no mar na região da Margem Equatorial Brasileira. O Sr. Alexandre d'Avignon também falou das etapas do processo desde o momento em que a empresa arremata o bloco no leilão da ANP, passando pela manifestação de interesse no processo de licenciamento ambiental pela empresa, até a concessão ou não da Licença Ambiental, tratando também do acompanhamento das condicionantes após emitida a licença. Alguns resultados de projetos oriundos de pós-licença foram apresentados como exemplos. Informou ainda que o prazo para protocolo de documentos para contribuições foi estendido de dez dias para até o fim do mês de dezembro de 2017. A apresentação foi encerrada às quatorze horas e trinta e nove minutos. Após esta explanação, o Dr. Humberto Quintas representante da BP, às quatorze horas e quarenta minutos iniciou a apresentação sobre as características operacionais, econômicas e ambientais do empreendimento, terminando a apresentação às catorze horas e cinquenta e oito minutos. O cerimonialista chamou Sr. Décio Maia, representante da empresa AECOM, que iniciou sua apresentação às catorze horas e cinquenta e nove minutos, abrangendo o diagnóstico realizado na área de estudo e de influência do empreendimento, os impactos e riscos

Main body of faint, illegible text on the left side of the page.

Main body of faint, illegible text on the right side of the page.

Faint text at the bottom left of the page.

Faint text at the bottom right of the page.



ambientais previstos e descrevendo as propostas elaboradas para os projetos ambientais a serem implementados como medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento, terminando às quinze horas e trinta e sete minutos. Após as apresentações o presidente informou à plenária a disponibilidade dos estudos ambientais e pareceres técnicos na internet e que todas as perguntas e contribuições serão respondidas e incorporadas ao processo. Informou ainda que durante o intervalo representantes da empresa e do IBAMA estarão à disposição para sanar dúvidas dos participantes, orientando e qualificando as dúvidas para serem debatidas no momento subsequente, ou seja, durante a plenária. O presidente deu início ao intervalo às quinze horas e trinta e oito minutos. Ressaltou que, em atendimento ao disposto no Art. 11 da Resolução CONAMA N° 001, de 23.1.1986, um cartaz fixado na parede do auditório indica os locais em que foram encaminhados e disponibilizados o EIA/RIMA. Fez-se um intervalo de cerca de trinta e seis minutos e os representantes da BP e da AECOM foram convidados para compor a mesa dos debates. A audiência recomeçou com o presidente abrindo a sessão às dezesseis horas e quatorze minutos, esclarecendo os aspectos do regulamento pertinentes à fase de debates e para as contribuições. Em seguida foi iniciada a sequência de perguntas escritas. A inscrição para os questionamentos orais foi encerrada às dezesseis horas e quinze minutos pelo presidente da mesa. A primeira pergunta escrita que abriu esta fase foi a de Luís Ricardo Carvalho que perguntou se há uma idade mínima e espessura de chapa da sonda. Gabriel da BP respondeu que a sonda prevista é nova, de 2015, de sétima geração. Iran Lucas perguntou por que a base não é em Santana. Rafael da BP respondeu que a empresa fez análises das necessidades para o empreendimento e que era necessário um investimento muito grande para adaptar o porto de Santana o que não era adequado em função do curto período da atividade, nesta fase do empreendimento. Deiviti Ferreira quis saber como ter acesso e receber os estudos ambientais. Humberto da BP informou que os estudos estão disponíveis no evento e no site do Ibama, além de poder ser solicitado a empresa uma cópia dos mesmos. Gilson Torres quer saber quais os projetos sociais para o Oiapoque, considerando que o município é a base de logística aeroportuária. O representante da BP Humberto informou que o aeroporto do Oiapoque já passou por obras de melhoria financiadas pela empresa, e lembrou que esta fase é de procura pelo petróleo. Gilson também quis saber se a empresa tem projetos de educação ambiental. Fátima da BP respondeu que não há previsão de PEA para essa fase do empreendimento. Luís de Souza quer saber se haverá compensação para pesca. Alison da HtMM respondeu que considerando as peculiaridades do projeto não haverá medidas compensatórias para a pesca. O Analista Gabriel complementou dizendo que no estudo apresentado ao Ibama elaborado pela consultora não houve identificação de comunidades que pescam na área da plataforma, mas que não é apenas este o critério para compensação, sendo a mesma necessária sempre que forem identificados impactos significativos não mitigáveis sobre comunidades pesqueiras artesanais. Luís também quer saber para onde serão levados os cascalhos descartados. Décio informou que o cascalho é tratado e descartado no mar. Disse também que pela modelagem este material ficaria próximo ao ponto de descarte. Helena Spiritus quer saber porque a Pluma do Amazonas foi considerada apenas em águas rasas, sendo que o parecer do Ibama indica que a mesma chega a 500 km da foz. Júlio da Prooceano respondeu que antes do estudo sobre a deriva de óleo há o estudo sobre a base hidrodinâmica e que os dados sobre a pluma do Amazonas estão nele inseridos. Helena replicou que no estudo



consta que a Pluma é apenas na costa e como a modelagem não prevê impactos na costa, sendo que in loco eles verificaram a presença da pluma a mais de 500 km, portanto muito distante da costa. Helena Spiritus protocolou um documento com perguntas de pessoas de vários locais para serem respondidas pela empresa. Júlio respondeu que outras forças mais enérgicas atuam na região do bloco e que a pluma foi considerada em áreas mais expressivas que a costeira. Elaine Cunha perguntou se a empresa vai estabelecer parcerias com as instituições locais para os projetos ambientais do empreendimento. Anderson da BP respondeu que os estudos ambientais foram desenvolvidos em parceria com instituições locais e que nos projetos ambientais a empresa tem a intenção de trabalhar com elas e que até o fim do ano a empresa protocolará novas versões dos projetos. Elaine Cunha perguntou quais grupos biológicos foram levantados a partir de dados primários. Paula, consultora contratada, afirmou que foram realizados diversos levantamentos em uma série de bases de coleta, incluindo grupos bentônicos, planctônicos, mamíferos, quelônios e aves, sendo que foram feitos levantamentos em outras bacias além da FZA. Alexandre do IBAMA afirmou que foram solicitados uma série de estudos ambientais específicos para este empreendimento para a caracterização ambiental. Luís de Souza quis saber se a mão de obra local será utilizada. Humberto da BP afirmou que haverá utilização se houver produção, mas que na fase atual, de procura, será pequeno o incremento atual. O Analista Gabriel pediu que a empresa deixasse sua resposta mais clara. Dr. Humberto novamente disse que a atividade de exploração é muito curta. Citou os cursos feitos dentro da parceria da BP com o Município de Oiapoque para capacitação na área aeroportuária. Falou do programa de intercâmbio que a BP que se estendeu para o estado do Amapá. E que se houver petróleo na região, obtendo a licença para tal, num projeto permanente, espera-se uma mão de obra local mais incrementada para dar suporte a atividade. Carla Nascimento perguntou se os peixes que habitam as zonas costeiras não serão impactados em um vazamento oceânico, visto o seu deslocamento e em função disso se os pescadores não terão apoio. Décio da AECOM respondeu que não são previstos impactos sobre os recursos costeiros pois a modelagem não indica toque nesta área. Carla complementou que os recursos costeiros poderiam ser afetados devido ao deslocamento dos peixes. Adriana Paese considerou a análise insuficiente, pois não é só pelo fato de não ter área sobre o bloco que não tem impactos sobre a pesca pois os peixes migram entre o mangue e os corais, podendo ser impactados; quer saber ainda se os estudos de modelagem foram publicados em revistas científicas e revistos por cientistas. Décio da AECOM afirmou que o estudo incluiu recursos pesqueiros costeiros e oceânicos, e que o impacto seria sobre os peixes oceânicos em caso de vazamento, mas que não tem previsão de o óleo chegar aos recursos costeiros em caso de vazamento. Júlio da Prooceano afirmou que os estudos utilizam bases consagradas inclusive internacionalmente e são públicos pelo licenciamento. Adriana replicou afirmando que se os estudos não passam por uma validação científica eles deveriam ser descartados. Afirmou ainda que a atividade não deveria ser realizada em função da sensibilidade e que outras fontes energéticas deveriam ser privilegiadas. Tuanny perguntou qual o impacto previsto para os corais da Amazônia. Décio da AECOM afirmou que a probabilidade de se atingir o sistema recifal é muito baixa considerando a probabilidade de ocorrer o acidente e da modelagem realizada. Luís Ricardo perguntou sobre as tratativas relativas a um fundo internacional para atendimentos de emergências ambientais. Humberto da BP afirmou que a empresa não tem ingerência sobre a criação



de um fundo internacional. Rafael da ANP afirmou que não há previsão de um fundo, mas que a empresa é responsabilizada legalmente por qualquer acidente e seus danos. Luís Ricardo replicou que a questão é grave em função de possíveis danos e de passivos ambientais de outros empreendimentos, sugerindo que seja criado preventivamente o fundo. Humberto da BP afirmou que a precaução não se inicia na produção, mas desde a procura, seguindo uma série de parâmetros. Luís Ricardo perguntou que iniciativas estão sendo realizadas para mitigar impactos no território francês. O presidente da mesa afirmou que foi solicitado um acordo internacional entre o governo brasileiro e francês, mas que não tem informações em que estágio está o acordo. Pimenta da BP citou estratégias de respostas que já tem preparadas para incidentes no caribe, fazendo parte de um acordo com os países do caribe para atendimento de emergências nessa região. Disse que a empresa OSRL é um braço de resposta nesta região, e citou um exercício que acabou de ser feito na Guiana. Pimenta protocolou um documento acerca do tema. Ricardo complementou sugerindo a não aprovação do PEI caso não haja um acordo entre a BP e os países que podem ser atingidos por óleo de acordo com a modelagem. O presidente da mesa informou que o processo ainda está em andamento e o acordo em curso. Thuany perguntou que medidas a BP adota neste tipo de caso, de impactos transfronteiriços. Luís Pimenta respondeu explicando como são as formas de resposta contidas no PEI da empresa no estudo e que a empresa não se exime de suas responsabilidades num caso de um acidente, sendo que a empresa já atua em Trinidad e Tobago e que poderia atuar ali num caso de acidente, se necessário. José Eduardo do IBAMA afirmou que será exigido um simulado de emergência antes da emissão da licença, chamado Avaliação Pré-operacional- APO. Marco Antônio Chagas perguntou se equipe do IBAMA vai monitorar o resultado dos projetos ambientais. O presidente da mesa informou que será o IBAMA do Rio de Janeiro. Alexandre do IBAMA complementou que a equipe do IBAMA acompanha o empreendimento após a emissão da licença e o cumprimento das condicionantes, que incluem os projetos ambientais. Marco Chagas replicou que diante da quantidade dos projetos ambientais sugere que o IBAMA do Rio incorpore os técnicos locais para análise. O presidente da mesa afirmou que os técnicos locais já estão sobrecarregados com empreendimentos terrestres e ponderou que existe uma expertise na CGMAC sobre empreendimentos marinhos. O Analista Gabriel falou sobre as compensações de atividade pesqueira que em seu acompanhamento tem analistas do IBAMA local convidados para participar dos acompanhamentos. Mirlane perguntou sobre a publicidade dos projetos de monitoramento. O Presidente da mesa disse que isso faz parte do processo, logo é público. Na replica a participante perguntou como será feito o acompanhamento pela população dos resultados dos monitoramentos, para conferir interferência mais ágil da sociedade caso seja identificado algum problema. Eliseu Junior perguntou quais medidas o IBAMA adota de controle a corrupção. O presidente da mesa informou que o IBAMA tem a corregedoria que faz o controle do processo. Eliseu replicou falando que seria necessário verificar a confiabilidade da consultora ambiental que fez a elaboração do estudo. O presidente informou que pela legislação a responsável pela contratação é a BP sendo que o IBAMA não pode intervir na contratação. Às dezessete horas e vinte e cinco minutos foram encerradas as perguntas escritas e iniciado o bloco de perguntas orais. A primeira pergunta oral que abriu esta fase foi a de Marcelo, da Secretaria de Meio Ambiente, que considerou que os impactos sobre a pesca não foram adequadamente mensurados, considerando que a geração de expectativa pode gerar uma



sobrepesca na região; que em cinco regiões poderiam haver profissionais coletando informações sobre a pesca para monitorar o impacto; solicitou que a empresa fizesse o estudo de custo de implantação dos conselhos de recursos hídricos; solicitou cópia das atas e gravações das audiências de Belém e Oiapoque; sugere que deva ter um navio em Oiapoque como para resposta e prevenção a possíveis acidentes; quer saber se os dados coletados foram registrados no CREA; se avaliou o aumento de consumo de drogas em função das alterações socioeconômicas; e porque não haverá projeto de educação ambiental; e solicitou que o IBAMA não aceite que sejam retirados programas ambientais conforme solicitou a empresa; solicitou que a empresa faça estudos de externalidades e capacitações na região. Anderson da BP afirmou que proporá outros projetos que considera mais adequados para mitigação e monitoramento dos impactos do empreendimento em função das suas características. Alexandre do IBAMA afirmou que a discussão pode haver, mas que a equipe do Ibama não abrirá mão de projetos ambientais efetivos para o monitoramento e mitigação dos impactos do empreendimento. Luís Pimenta da BP afirmou que foram realizados estudos para implementação de uma base em Oiapoque e não foi considerado possível a instalação, informando que haverá uma embarcação dedicada na locação e uma base em Belém e possivelmente bases em outros países. Sobre os conselhos reguladores, foi afirmado que os funcionários da empresa e consultora seguem as legislações e regulamentos dos conselhos. Franklin Lobato, pesquisador, questionou qual o período de monitoramento em relação ao vento, ondas e correntes marinhas, pois tem conhecimento local e se surpreendeu com os resultados do estudo. Henery da Prooceano afirmou que antes da modelagem de óleo foi feita uma modelagem hidrodinâmica, que embasou a primeira, realizada com uma base de um ano de correntes e cinco anos de ventos. Luís Pimenta afirmou que os dados foram coletados por um projeto paralelo ao licenciamento e que estão sendo processados para melhorar a base hidrodinâmica da região. Verena Almeida, professora, afirmou que não encontrou nos estudos ambientais dados referentes a pesca artesanal do Amapá; considerou que os estudos foram frágeis pois não consideraram o grande deslocamento dos peixes amazônicos, e que não foram incluídos os Sítios Ramsar, que são extremamente relevantes, assim como os manguezais; manifestou preocupação com vazamentos de óleo sobre os corais em função da proximidade com os blocos; sugeriu que fosse feito um programa para segurança alimentar, visto a importância dos recursos pesqueiros de fortalecimento das instituições e fortalecimento da pesca artesanal; quer entender que programas educacionais são previstos para a região. Alison da HtMM afirmou que o estado do Amapá foi estudado, até porque constava na área mínima exigida pelo IBAMA, em relação às comunidades pesqueiras e suas atividades inclusive com dados primários, envolvendo professores e estudantes, e que os dados levantados foram relevantes e melhorou o conhecimento local sobre o tema. Erica, consultora descreveu a equipe que levantou os dados, com integrantes da UEAP, e que visitou todos municípios da área de estudo, levantando dados primários. Décio da AECOM afirmou que apesar de não constar na apresentação, os sítios Ramsar estão no estudo. Verena afirmou que apesar de constar na caracterização, não foi considerado na área de influência por isso sugere criação dos programas citados anteriormente. Décio falou que a probabilidade é muito baixa de ocorrer o acidente e que os modelos não preveem ter toque de óleo na costa. Jean Fonseca, professor de geografia, ponderou que havia tempo para preparar a base de Santana considerando tempo desde a aquisição dos blocos; que não são previstas bases



para emergência no Amapá e que o ponto para resposta da Base de Belém é muito alto, portanto deveria se pensar em uma base no Oiapoque, que pode ter, se investido; manifestou preocupação com o inchaço populacional e problemas associados devido a geração de expectativa, inclusive de sobrepesca. Humberto da BP afirmou que como a atividade é curta e não haverá trabalhadores residentes no Oiapoque o impacto será pequeno; e que para ocorrer o cenário de acidente modelado é extremamente improvável. Jean replicou considerando que dependendo do vento óleo chegaria a costa, afirmando que checará os modelos. Júlio da Prooceano afirmou que os ventos e sua variabilidade foram considerados e que o cenário da locação do poço é oceânico apresentando características distintas das costeiras. Henery da Prooceno complementou afirmando que a corrente norte do Brasil funciona como uma barreira para o óleo atingir a costa em função da sua intensidade. Thamiris do IBAMA solicitou que empresa falasse sobre a porcentagem considerada de vento na deriva do óleo. Henery da Prooceano afirmou que por determinação do termo de referência foi utilizado o valor de 3,5%. Don Phillips perguntou quem pagou as audiências e o transporte dos técnicos. Presidente da mesa afirmou que quem paga pela infraestrutura das audiências é a BP, conforme previsto na legislação, mas que o transporte e diárias dos servidores são pagos pelo próprio Ibama. Helena Spiritus, informou que o parecer do Ibama diz que grande número das comunidades pesqueiras não foram visitadas; e que o Greenpeace realizou imageamento identificando corais negros no sistema recifal, portanto se pode falar sim em corais, mas que de todo modo não há diminuição da importância ecológica por serem corais moles, havendo ainda conexão com os corais do caribe. Afirmou ainda que está para ser publicado um estudo que indica uma área cinco vezes maior do que a inicialmente identificada; estranhou que o estudo não identificou uma espécie específica de corais, sendo que os imageamentos não foram disponibilizados; e quer saber como será o uso do dispersante Corexit em função dos impactos associados para os corais. Pimenta da BP afirmou que as informações geradas no licenciamento são públicas e solicitou que o Greenpeace disponibilize as coordenadas dos levantamentos realizados; afirmou ainda que os dispersantes a serem utilizados são homologados pelo IBAMA e que sua toxicidade atual dos dispersantes é menor hoje em dia pelo avanço da indústria; e que a probabilidade do acidente e da deriva sobre a região dos recifes é muito baixa e que ainda assim o IBAMA proibiu o uso de dispersantes sobre os corais, sendo que a janela para uso é reduzida em função também da CONAMA e que foi identificada a presença de bactérias biodegradadoras do óleo na região. Houve um debate entre os acima citados em relação ao uso de um dispersante específico. Alexandre do IBAMA informou que nenhuma empresa pode furar sobre corais, mesmo de profundidade; que o estudo de caracterização, incluindo o imageamento de fundo, se deu apenas nos blocos, por isso não foi identificado os corais na área; e que na primeira versão do EACR não tem os corais porque é anterior as publicações de Moura, mas que tem nas novas versões e solicitou que as informações do fornecidas pelo Greenpeace sejam georreferenciadas e mapeadas. Juliana Costa perguntou se a empresa está considerando a criação de determinadas unidades de conservação. Anderson da BP informou que a BP não tem ingerência sobre a criação das Unidades de Conservação. Thiago Almeida iniciou dizendo que a BP quer explorar uma área sensível com potenciais novas espécies, falou das identificações feitas durante as expedições do Greenpeace e citou o estudo de Moura. Lembrou do derramamento de óleo no Golfo do México da BP, e pergunta se mesmo com todas as elementos vale a pena o risco da exploração. Dr.




Humberto primeiro falou dos aprendizados obtidos do acidente no golfo do México, disse que a BP vem usando esses aprendizados em sua atividade. Deixou claro que esta fase corresponde a fase de pesquisa, procura do petróleo, que em caso de produção será aberto novo processo de licenciamento. Thiago complementou que o princípio da precaução seja adotado dada a falta de conhecimento do local, que abandone seus planos de explorar a área e nome da segurança do local. Márcia manifestou sua preocupação com relação ao Oiapoque, já que vivem da pesca e em caso de acidente a população será prejudicada. Citou o caso de países caribenhos que fornecem um seguro aos pescadores que não podem exercer sua atividade. Sugeriu que o Oiapoque fosse incluído em área de preservação ambiental para proteger o município. Gostaria que incluísse os ambientes do Oiapoque num projeto social que levasse mais instrução aos habitantes. Falou dos moradores de Ferreira Gomes que não podem mais pescar. Diz acreditar que a sociedade amapaense deve ser posicionada sobre tudo que acontece. O presidente da mesa falou que havia dois colegas do IBAMA do Amapá presentes na audiência e justificou a ausência dos dois que tiveram que se retirar. Humberto falou que a empresa registrou a manifestação e disse que além das melhorias pontuais em Oiapoque, os tributos serão arrecadados de acordo com as leis para a atual fase do empreendimento. Disse que os trabalhadores da BP Energy do Brasil são brasileiros. E disse que em caso de produção pretende beneficiar o município e a região norte da maneira que for possível. Ricardo, engenheiro de pesca, disse que achou insuficientes os dados biológicos de pesca no estudo apresentado, falou que os dados abióticos não corroboram com outras modelagens, citou um estudo que mostra toque na costa da Guiana, e citou o acontecimento de furacões que estão vindo mais ao sul pela ZCIT. Quer saber se o IBAMA definiu a área de estudo, e qual a prospecção feita pela empresa. Décio disse que as questões estão incluídas no diagnóstico. Pediu para mostrar o mapa de modelagem. Fez algumas considerações. Falou das áreas de ressurgência que existe no local e considerou que derramamentos de óleo mesmo que não toquem a costa podem causar impactos na comunidade biológica. Júlio da Prooceano pediu que Ricardo protocolasse os estudos que citou. Ricardo pediu para que a RESEX do Amapá seja considerada pelo IBAMA. Presidente da mesa fez considerações sobre a lei do SNUC, que uma unidade só recebe recursos da compensação quando esta é afetada. Elaine Cunha, pesquisadora do IEPA, que elaborou a parte de dados secundários que trata das comunidades planctônicas, e disse que o apresentado no RIMA não corresponde com a conclusão que ela fez dentro do estudo que elaborou. Disse que na faixa onde há mancha de probabilidade de presença de óleo há fitoplâncton, que absorve 30% do CO₂ mundial. Ela afirma que no RIMA diz que não há presença de fitoplâncton endêmico e questionou o impacto no plâncton ser classificado de baixo. Não correspondendo aos dados de Elaine, disse que o estudo está tendencioso. Paula da Prooceano foi responsável pelos dados primários do estudo apresentado. Falou que as amostras estão tombadas na UFRJ e podem ser acessadas, informou que essas amostras foram retiradas e existe uma ABIO tratando sobre a coleta. Falou sobre que o relatório de Elaine está anexado ao EACR. E que os dados do trabalho de Elaine estão no estudo e a ela foram dados os créditos pertinentes. Elaine agradeceu os esclarecimentos. E disse que seus dados secundários continuam tendo elementos diferentes dos apresentados por ela. O analista Alexandre do Ibama pediu para a Elaine protocolar um documento falando dos dados que tem para que sejam analisados e considerados. Elaine disse que o importante é conhecer a função das espécies e não só o tipo e quantidade. Bruno Seixas falou do

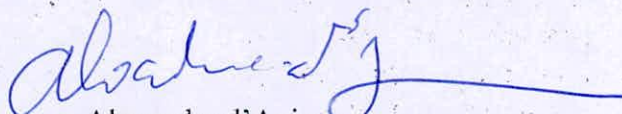


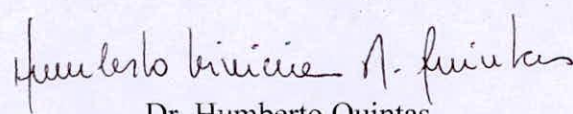
problema de desemprego principalmente para os jovens. Disse esperar que haja produção de óleo e solicita que considere a mão de obra do Amapá. Sérgio Jorge falou que foi dito as prevenções de acidentes e algumas entidades estão pedindo para usar o princípio da precaução, mas devemos olhar para a população que está precisando de empregos. Eliezer, presidente da Federação do Comercio, falou sobre a geração de emprego, renda e também de negócios, que geram renda e melhoria de vida. Disse que a TOTAL assumiu um compromisso com o Amapá de que a base aérea fosse levada para Macapá. Perguntou para a BP se há como trazer a base área da empresa para Macapá e Oiapoque para auxiliar o desenvolvimento do estado. Perguntou para o IBAMA se existe algum ponto ou aspecto exigido pelo órgão no processo de licenciamento que a empresa tem se negado a cumprir. Disse que o Amapá tem 72% de área preservada em seu território. Rafael Ramos da BP falou da grande distância do bloco FZA-59 e que as aeronaves não teriam autonomia de voo, por isso decidiram colocar a base aérea da atividade no Oiapoque. Estão estudando a possibilidade de utilizar o aeroporto de Macapá para transporte de trabalhadores até o Oiapoque. Alexandre d'Avignon falou do cuidado que os analistas envolvidos no processo têm tido com o caso. Na réplica o Sr. Eliézer pede maior atenção da empresa e que considere a base em Macapá. Décio falou sobre a modelagem comentada por Rafael e a probabilidade de acontecer um acidente. O presidente da mesa consultou a plenária para que fosse aberta exceção para que ocorresse os questionamentos de duas pessoas que tiveram problemas para chegar no local. A plenária aprovou. A primeira exceção foi Washington Queiroz pede que seja observada a questão do empreendedorismo, disse estar pasmo por não haver analistas do IBAMA do Amapá na análise do estudo, e pela propriedade que os analistas do Rio de Janeiro têm sobre os aspectos locais. Mostrou desacordo com a interrupção da fala do Secretário de Meio Ambiente do Amapá. Antônio Borges explicou que interrompeu a fala do Sr. Marcelo por estar cumprindo o regulamento da audiência. Claudio Botelho, presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca de Amapá e Pará disse haver quatro embarcações que trabalham na costa do Amapá, três empresas de pesca e duas empresas americanas se instalando e gerando muitos empregos. Disse que a pesca gera renda para o estado. E disse que a área de pesca do pargo será afetada. Falou do sistema PREPIS que marca as áreas de pesca que podem ser consultadas pelos analistas. Falou das aves migratórias que se reproduzem na costa do Amapá. Falou da criação da RESEX e da luta de preservar os recursos do estado do Amapá. Falou que a pesca gerará muito mais emprego do que as empresas de petróleo que querem explorar a bacia da Foz do Amazonas. Antônio Borges lembrou das exceções que foram abertas. O presidente informou que se encerraram as perguntas orais e a fase de debates e que no total foram feitas quarenta e três perguntas, sendo dezoito orais e vinte e quatro escritas. Dois documentos foram protocolados durante a Audiência Pública. A Audiência Pública contou com a presença de trezentos e dezoito participantes. O presidente fez suas considerações finais e, às dezoito horas e vinte e sete minutos, considerou válida e encerrada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área do Bloco FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas, ao décimo terceiro dia de novembro de dois mil e dezessete. Lavraram esta Ata os Analistas Ambientais da CGPEG/IBAMA, Thamiris da Silva Soares, José Eduardo Matheus Évora e Gabriel de Albuquerque Carvalho que assinam com os demais representantes:

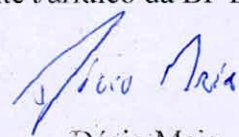



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

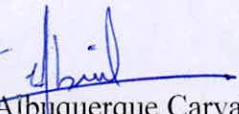

Antonio Celso Borges
Coordenador CGMAC/DILIC/IBAMA
Presidente da Mesa Diretora da Audiência Pública



Alexandre d'Avignon
Coordenador COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA
Secretário da Mesa Diretora da Audiência Pública


Dr. Humberto Quintas
Representante Jurídico da BP Energy do Brasil


Décio Maia
Representante da AECOM


José Eduardo Evora
Analista Ambiental COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA


Gabriel de Albuquerque Carvalho
Analista Ambiental COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA


Thamiris da Silva Soares
Analista Ambiental COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA

